



**COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE
JUSTIÇA DO BRASIL**

ATA DO 89º. ENCONTRO DE PRESIDENTES

**PRESIDÊNCIA: Des. MARCUS ANTONIO DE SOUZA FAVER
PERÍODO DE 13 a 15 DE OUTUBRO DE 2011.
LOCAL – JOÃO PESSOA / PARAÍBA.**

A abertura dos trabalhos ocorreu às dezessete horas, no Auditório Desembargador Wilson Pessoa da Cunha, anexo do Palácio da Justiça do Poder Judiciário paraibano, com as presenças de vinte e dois presidentes e representantes de Tribunais estaduais. O Encontro de Presidentes aconteceu junto com as comemorações pelos 120 anos de instalação do Tribunal de Justiça da Paraíba. Na ocasião, houve lançamento de livro e de edição especial da Revista do Foro, exposição de vídeo sobre a história do Tribunal, além do descerramento de uma placa alusiva à data. O encontro foi aberto pelo presidente anfitrião, desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, que fez uma abordagem à trajetória da Justiça no Estado. "Logo que foi instalado, eram apenas seis desembargadores, julgando

A handwritten signature in blue ink is located at the bottom right of the page. The signature is stylized and appears to be the name of the author or a representative of the institution.

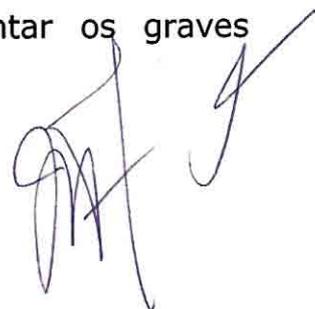
com papel e pena. Hoje, estamos investindo maciçamente na informática e na virtualização dos feitos, para que, ao final da minha gestão, pelo menos oitenta por cento dos processos físicos sejam apenas peças de museu”, disse o presidente. Ele falou, ainda, de projetos para 2012, como a nomeação de novos servidores e juizes de Direito para acelerar os trabalhos processuais.

Em seguida, o presidente da Comissão Executiva do Colégio de Presidentes, desembargador Marcus Antônio de Souza Faver, acrescentou que o Encontro de Presidentes ganha uma importância maior devido às comemorações do aniversário do Tribunal anfitrião. “A instalação de um Tribunal de Justiça significa que a população ganhou uma instituição para defender as suas prerrogativas”. E adiantou que as trocas de experiências entre os Estados na esfera judicial tornam a administração de cada Tribunal mais eficaz, pois muitas práticas podem ser divulgadas e adaptadas.

Após a solenidade, os membros do Colégio Permanente, magistrados e demais autoridades presentes visitaram o Memorial nas dependências do Palácio da Justiça.

Às nove horas da manhã seguinte, na Sala de Reuniões do Hardman Praia Hotel, foram iniciadas as atividades pelo desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos. Como símbolo de conagraçamento, ele entregou ao desembargador Marcus Faver um pavilhão em miniatura com a bandeira do Brasil e de todos os Estados. Faver agradeceu e disse que o presente ficará exposto na sede institucional do Colégio Permanente, em Brasília.

Faver também deu as boas vindas aos presidentes e aos representantes de Tribunais. Disse que “a existência do Colégio é um fator preponderante para se buscar o equilíbrio, soluções técnicas, administrativas e jurídicas adequadas para enfrentar os graves problemas que nós estamos vivendo”.

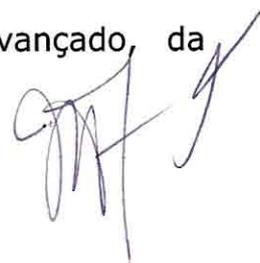


A primeira palestra foi a do professor, advogado e escritor Mauro Gomes de Mattos, da Faculdade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro, que falou sobre Competência Subsidiária do CNJ para Fins Disciplinares. Doutrinariamente, ele defendeu que, para abertura de processo administrativo disciplinar, deve haver prova direta de autoria e materialidade, embora vários autores entendam que basta haver indícios. “Nesse campo disciplinar, há que se ter muito critério e profundidade no cotejo especial da admissibilidade”, enfatizou Mattos. Ele disse existir uma grande discussão quanto à competência para instaurar processo disciplinar, se cabe aos Tribunais locais ou ao Conselho Nacional de Justiça. Na sua análise, ao CNJ cabe o poder revisional de processo contra magistrado julgado há menos de um ano, conforme dispõe a Constituição Federal. Pensando na precedência que têm os Tribunais locais, ele disse que o objetivo não é enfraquecer o papel desempenhado pelo CNJ, mas respeitar a competência originária. Ele ainda destacou que há um grande perigo em julgar processos disciplinares sob influência da cobertura da imprensa. Ao final da palestra, foi aberto um período para perguntas. O presidente do Tribunal de Justiça de Roraima, desembargador Lupercino de Sá Nogueira Filho, se disse preocupado com a possibilidade de atitudes corporativistas no curso de um processo disciplinar, sobretudo em Tribunais com menor número de desembargadores. Ele entende que, pelas Corregedorias ou pelo CNJ, deve ser mantida a apuração com o devido processo legal. Ainda que ratificando o que disse em sua palestra, Mauro Mattos acrescentou que existe a Proposta de Emenda Constitucional 97/2011, do senador Demóstenes Torres, para tornar concorrente a competência de processo disciplinar. A presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Telma Britto, provocou a reflexão sobre se a restrição de poderes do CNJ de fiscalização não poderia fragilizar os próprios Tribunais. Ela ponderou que pode ser um risco maior retirar tal competência.



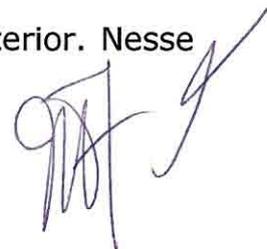
Após o intervalo, houve a teleconferência do ministro paraibano Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça – STJ, sobre as atualizações do Código de Defesa do Consumidor (CDC). O ministro afirmou que há vinte anos o uso de cartões de crédito era apenas para pessoas privilegiadas economicamente, mas agora milhões de brasileiros têm mais de um cartão. Ele disse que o crédito farto é positivo, mas traz riscos como o superendividamento. Citou que o comércio eletrônico representa mais de dezessete bilhões de reais, com crescimento de quarenta por cento ao ano. Entretanto, ele destaca que o atual CDC não tem instrumentos para a evolução da relação de consumo, como o praticado no comércio eletrônico. O ministro classificou o Código de Defesa do Consumidor como uma das leis mais importantes do século XX. “Trata-se de um modelo moderno e de uma avançada técnica legislativa, se comparado com outras legislações. Mas, nestes últimos vinte anos muita coisa mudou e o Código necessita de atualizações urgentes”, declarou. Ele disse também que a Comissão que preside, a convite do Senado Federal, de atualização do CDC espera por sugestões de todos os Tribunais até o final deste mês, quando serão enviados ao Senado três anteprojeto para o aperfeiçoamento do Código, sendo o primeiro sobre crédito ao consumidor, o segundo a respeito da prevenção ao superendividamento e o terceiro para tratar do comércio eletrônico. “Se o Código não fizer uma mudança logo neste segmento, estará fadado a ser superado pela tecnologia”, calculou o ministro. Marcus Faver anunciou a presença no encontro de membros da comissão liderada pelo ministro Benjamim. A relatora da comissão, dra. Cláudia Lima Marques, motivou os Tribunais de Justiça a apresentarem contribuições para a atualização do CDC. A comissão esteve ainda representada pelo promotor de justiça do Distrito Federal, dr. Leonardo Bessa, e pelo advogado, dr. Wellerson Miranda Pereira.

Na parte da tarde, os trabalhos prosseguiram com uma apresentação de vídeo sobre o projeto Campus Avançado, da

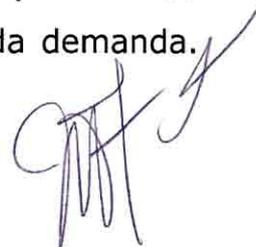


Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, na Penitenciária Regional de Campina Grande Raimundo Asfora. A exposição foi feita pela reitora da instituição, professora doutora Marlene Alves, que detalhou os benefícios gerados e planejados para os presos a partir das atividades dos cursos universitários. Uma das ações teve a participação dos alunos do curso de Direito, junto com os advogados da instituição, através da organização de um escritório modelo. A assistência iniciou no presídio feminino, por haver um número menor de pessoas. A iniciativa também visa ao desenvolvimento educacional das detentas, partindo da alfabetização ao ensino superior, com a oferta do curso de Letras inicialmente. As aulas devem começar no início do próximo ano. Quando toda a pena for cumprida, a ex-detenta vai ter uma vaga reservada para a continuação dos estudos na UEPB. Também há cursos profissionalizantes oferecidos nas áreas de confecção e de pré-moldados para a construção civil. Foi decidido, junto com o juiz de execuções criminais e com a Secretaria de Administração Penitenciária, que todo recurso angariado com a produção dos apenados seja revertido aos próprios trabalhadores, mas gerenciado pela UEPB. As ações abrangeram ainda a organização de um berçário e uma creche. Ao final da palestra, Marcus Faver considerou que a iniciativa em Campina Grande pode inspirar ações semelhantes em outros Estados e deveria ser levada ao CNJ. Faver solicitou autorização para que o Colégio de Presidentes indique o projeto *Campus Avançado* ao Prêmio *Innovare*, que identifica, premia e divulga práticas inovadoras em benefício da prestação jurisdicional.

Marcus Faver abriu o momento para manifestações dos presidentes. O desembargador Caio Otávio Regalado de Alencar, membro da Comissão Executiva do Colégio de Presidentes, explanou sua preocupação diante de uma possível tentativa de substituir os desembargadores dos cargos dos Tribunais Regionais Eleitorais por membros da Justiça Federal. No entendimento dele, seria melhor haver uma ação preventiva do que uma remediação posterior. Nesse

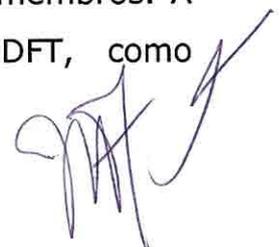


sentido, ele sugeriu que os presidentes busquem apoio dos deputados federais contra essa idéia. Faver disse que já teve oportunidade de externar aos ministros do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, o porquê de os cargos de liderança dos TREs serem ocupados por desembargadores. Ele elencou uma série de argumentos: mencionou que se trata de uma consequência constitucional, já que o presidente de Tribunal de Justiça é o terceiro na linha sucessória do cargo de governador de Estado. “O Tribunal estadual é o Tribunal político da federação”, destacou Faver. Citou que a Justiça estadual tem a competência para julgar as ações de inconstitucionalidade no tocante à legislação local, o que reflete a participação política do Tribunal na legislação estadual. Lembrou que os Tribunais estaduais organizam o pagamento de precatórios nos Estados e são esses órgãos que possuem a competência para a arguição do processo de *impeachment* do governador. Destacou ainda que os membros dos Tribunais de Justiça são os únicos que possuem o título de desembargador também como uma consequência da participação política desses magistrados. “É evidente que, quando se trata de questões como organização política, essa organização deve ser feita, através do Tribunal Eleitoral, pelo Tribunal que tenha participação política dentro do Estado”, arrematou. Faver endossou o pensamento do desembargador Caio de que os presidentes devem procurar os deputados federais em seus Estados para esclarecê-los quanto ao equívoco que seria a alteração na Constituição Federal na composição dos TREs. O desembargador Milton Augusto de Brito Nobre, da Comissão Executiva do Colégio de Presidentes, acrescentou o argumento de que a Justiça estadual possui tamanha capilaridade no território de sua abrangência que chega a ser municipal. Falou ainda da desproporção de composição dos Tribunais Eleitorais, exemplificando que o TRE de São Paulo possui o mesmo número de julgadores que o do Amapá e que, em alguns casos, suplentes são chamados a atuar como se fossem titulares por conta da demanda.

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized initials and a long horizontal stroke extending to the right.

Foi considerado que poderia ser proposta a composição proporcional de cada TRE segundo o tamanho da demanda, respeitada a participação de membros das Justiças estaduais. O presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, desembargador Luiz Carlos Santini, complementou que a eleição não diz respeito especificamente à esfera federal, mas à União, que inclui os Estados, cujos Tribunais possuem capilaridade nos municípios e representatividade política. O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Manoel Alves Rabelo, enfatizou que é preciso a real mobilização dos presidentes junto aos deputados e que esse esforço deve ser profissionalizado para que a ideia de substituição dos desembargadores por membros da Justiça Federal nos TRES não logre êxito. Nesse sentido, sugere a criação de uma coordenação que organize as atividades e reúna informações dos apoios conquistados junto à bancada da Câmara Federal. O presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, desembargador Otávio Augusto Barbosa, defendeu que o desembargador Marcus Faver fosse o porta-voz dos presidentes nesse caso junto ao Colégio de Presidentes Eleitorais. Faver disse que a Comissão Executiva vai buscar a parceria do referido Colégio para resolver a situação e também tomará a iniciativa de procurar deputados no sentido de esclarecê-los.

Em nova participação, o desembargador Otávio Augusto Barbosa expôs dois assuntos: abordou a Proposta de Emenda Constitucional nº 9/2011, de autoria do senador Demóstenes Torres, para ampliar o número de membros do CNJ, de quinze para dezessete, através da inclusão de mais um desembargador e de mais um juiz estadual. Em setembro, o senador Rodrigo Rollemberg apresentou uma emenda para que fossem incluídos ainda mais um desembargador, sendo este do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, e mais um juiz, totalizando dezenove membros. A emenda à PEC foi justificada pelo fato de o TJDF, como

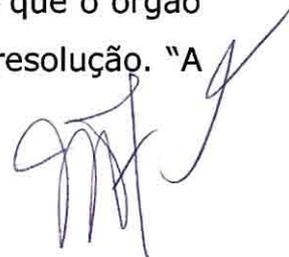


representante do ramo do Poder Judiciário da União, ainda não ser contemplado na composição do CNJ, conforme reza a Emenda Constitucional 45/2004, que criou o órgão. Foi destacado que, na prática, os Tribunais estaduais ganham mais representatividade. O segundo assunto apresentado pelo desembargador foi referente ao Projeto de Lei nº 7.412/2010, que dispõe sobre procedimentos do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal para a aplicação dos recursos provenientes de depósitos judiciais e sobre a destinação dos rendimentos líquidos auferidos dessa aplicação. O objetivo é permitir legalmente que os Tribunais possam utilizar os rendimentos para modernizar e ampliar o atendimento dos serviços jurisdicionais. Barbosa lembrou que o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucionais leis estaduais que autorizavam a utilização dos rendimentos em benefício da máquina do Judiciário. Foi dito também sobre a aprovação de um substitutivo que dispõe que os Tribunais precisarão compartilhar os recursos. Assim, o Ministério Público de cada Estado e do Distrito Federal ficaria com dez por cento; a Defensoria Pública dos Estados e do Distrito Federal, dez por cento; e a Procuradoria dos Estados e do Distrito Federal, três por cento. Ele enfatizou que o Colégio precisa tomar conhecimento do assunto, já que vai interferir nos recursos disponíveis a todos os Tribunais. Marcus Faver explanou sobre as iniciativas do Colégio desde quando a lei gaúcha que autorizava os investimentos em benefício da máquina judiciária foi considerada inconstitucional pelo STF. Disse que conversou longamente com o ministro Carlos Ayres de Britto, do STF, relator da Adin da lei do Rio Grande do Sul, demonstrando as implicações para os Tribunais da declaração de inconstitucionalidade. Faver disse ter esperanças de que uma posição favorável nos embargos de declaração possa reverter a situação. Além disso, está prevista uma audiência com o deputado relator da matéria junto com todos os membros da Comissão Executiva do Colégio e com o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, o



desembargador Nelson Calandra. O desembargador Otávio Augusto Barbosa divulgou a informação de que o STF começou a análise da Adin da Emenda Constitucional nº 62, que institui regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. Segundo ele, o relator, ministro Ayres Britto, votou pela inconstitucionalidade total da emenda. O presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, disse que conversou com o ministro Britto sobre a necessidade de uma modulação temporal em relação à inconstitucionalidade. O ministro disse a ele que, apesar de não ter constado sobre isso em seu voto, iria atentar para a existência da modulação.

O presidente do Tribunal de Justiça de Goiás, desembargador Vítor Barboza Lenza, lembrou da proposição apresentada por ele no Encontro de Vitória, em agosto deste ano, para a criação do "Colégio de Diretores Gerais". O objetivo é que esses diretores se reunissem com um dia de antecedência em relação aos presidentes para que a estes pudessem prestar assessoria de temas técnicos. Nesse sentido, Lenza pleiteou autorização do Colégio de Presidentes para a criação do colegiado de diretores. Faver lembrou que, em Vitória, foi deliberado que a proposta fosse primeiro analisada pela Comissão Executiva, que entendeu não ser possível o Colégio autorizar a criação de qualquer outro colegiado. Além disso, foi lembrado que boa parte dos Tribunais não possui o cargo de diretor geral, como São Paulo, Rio de Janeiro, Sergipe e Pará. Posto em votação, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Em seguida, Lenza introduziu uma reflexão sobre a Resolução nº 133, do CNJ, que dispõe sobre a simetria constitucional entre Magistratura e Ministério Público e equiparação de vantagens. Milton Nobre, da Comissão Executiva, destacou a importância desse assunto e afirmou que foi voto vencido no CNJ, quando integrava aquele Conselho, pois entende que o órgão não pode autorizar despesa para os Tribunais mediante resolução. "A

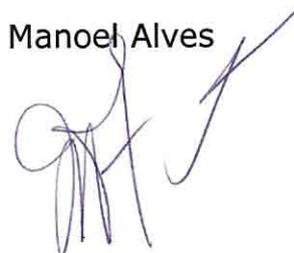


despesa pública depende de lei”, disse ele. O presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, desembargador Sebastião Costa Filho, afirmou que precisou indeferir pedidos cumulados de até dezoito férias de magistrados. Ele disse também que requereu que a Procuradoria do Estado ingresse com uma ação de inconstitucionalidade no STF. No TJDFT, o desembargador Otávio Barbosa comentou que publicou uma portaria regulamentando a aplicação da resolução, autorizando um período de férias por ano. Costa Filho acrescentou como preocupação que, como o Tribunal não pode autorizar o grande número de pedidos de férias, a resolução reza que o magistrado deve ser indenizado e que os Tribunais, principalmente os de menor porte, não possuem condições para arcar com tais despesas.

A vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, trouxe a preocupação com os programas de ressocialização de detentos, que não são estendidos aos infratores juvenis. Ela entende que os jovens deveriam ser socializados e educados nas instituições de cumprimento das medidas socioeducativas, mas diz desconhecer qualquer iniciativa nesse sentido. Ela defende que as Coordenadorias da Infância e da Juventude tenham suas competências alteradas para resolver esse problema e sejam presididas por um desembargador para conquistar mais força de atuação. Marcus Faver disse que o assunto merece a reflexão dos Tribunais por ter um aspecto jurídico e social.

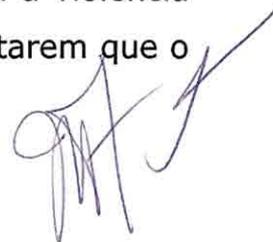
O presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, desembargador João de Jesus Abdala Simões, disse que fez uma consulta ao CNJ sobre a prestação de auxílio-alimentação, como prevê a Resolução nº 133, para magistrados aposentados e afastados. Na resposta, o CNJ negou que a concessão do auxílio-alimentação se estenderia aos inativos.

Prestes a deixar o cargo, pelo decurso do biênio, o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Manoel Alves



Rabelo, despediu-se dos colegas, valorizando as participações que teve nos Encontros do Colégio de Presidentes.

Após o intervalo, as ministras Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, e a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, foram recebidas para a assinatura do Termo de Cooperação entre o CNJ e a Secretaria, que passará a integrar o programa Justiça Plena, iniciativa da Corregedoria do CNJ. O objetivo é dar maior agilidade ao julgamento de processos de grande repercussão. Com o acordo, a Secretaria indicará processos de relevância social que mereçam um acompanhamento permanente da Corregedoria. Marcus Faver disse que sediar a celebração do acordo é uma honraria enorme para o Colégio de Presidentes, haja vista significar uma valorização do colegiado. Em seu pronunciamento, a ministra Iriny Lopes disse da relevância de se discutir a situação de violência praticada contra as mulheres. Ela afirmou que "a independência dos Poderes não significa a incapacidade de atuar conjuntamente em prol da sociedade e, especialmente, no enfrentamento a uma chaga aberta no Brasil que é a violência praticada contra as mulheres". Pensando nisso, disse que procurou a ministra Eliana Calmon em busca de soluções para uma resposta efetiva aos cidadãos. Ela citou alguns dados do Disque 180, que é um serviço que acolhe indagações, relatos e pedidos de providências. Entre os dois milhões de acessos ao serviço, mais de cinquenta por cento das mulheres disseram ser agredidas todos os dias. Sessenta por cento dessas agressões ocorreram na presença dos filhos e, em quarenta por cento dos casos, os filhos apanharam junto com ela. Ela também mencionou que o Brasil é o décimo segundo país em homicídios contra as mulheres, atrás do Cazaquistão e da Guatemala, o que enseja um estudo para compreender a origem dessa violência. Ela ainda citou que grande parte das mulheres agredidas sexualmente não registram a violência nos órgãos competentes, por vergonha ou por não acreditarem que o



Estado possa resolver a situação. Iriny Lopes defendeu a sintonia entre os Poderes para que "os agressores comecem a entender que no país tem um conjunto de autoridades que atuam juntas coibindo e dando demonstração clara de que esses atos são inaceitáveis". Principalmente contra os crimes sexuais, a Secretaria está trabalhando com banco de dados para cruzamento de informações entre os Estados. Apesar da difícil realidade, uma pesquisa mostrou que a maior parte da sociedade acredita que haverá justiça para casos de agressão. Ela falou sobre uma campanha interna no sentido de melhor compreensão do que ocorre na realidade das mulheres brasileiras. A campanha envolveria o CNJ, Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Secretarias de Segurança Pública, o Ministério da Justiça e a Secretaria de Políticas para Mulheres. Falou ainda de uma campanha externa junto a toda a sociedade.

Em seguida, a ministra Eliana Calmon, que foi bastante aplaudida em sua chegada, falou da importância do engajamento do Poder Judiciário à campanha contra a violência à mulher. Ela disse que o problema, além de social, repercute até na área econômica, reduzindo o Produto Interno Bruto na ordem de dez por cento. "Todos nós temos a responsabilidade de nos engajarmos com esta campanha", defendeu. Eliana Calmon disse que, tão logo recebeu o convite da ministra Iriny Lopes para ser a interlocutora entre a Secretaria de Políticas para a Mulher e o Poder Judiciário, de pronto considerou que o Encontro do Colégio de Presidentes seria um dos melhores ambientes para ser transmitida a mensagem da campanha. Como segundo assunto, ela proferiu esclarecimentos em razão das recentes declarações à imprensa. Ela disse que tem preocupação com a dificuldade que se tem na assimilação dos novos rumos da magistratura. Ela destacou a imagem de lentidão que a sociedade tem do Judiciário. Deu ênfase ao fato de os Tribunais não terem recursos suficientes para modernizar os cartórios de primeiro grau e



de realizar concursos públicos. "Eu tenho encontrado cartórios com um servidor, com dois servidores", comentou. Disse também que há uma cultura antiga de não expor as dificuldades do Poder Judiciário. "Nós temos que falar, nós temos que ser transparentes. Nós temos que enfrentar os problemas", disse com determinação a ministra. Ela também fez referência ao papel desempenhado pelos cartórios extrajudiciais, classificando como calamitosa a situação dos registros fundiários no interior do Brasil. Segundo ela, nas grandes cidades, os cartórios extrajudiciais se beneficiam das custas judiciais sem, sequer, haver uma contrapartida de auxílio aos cartórios mais pobres. "Isso é um problema muito grave e a Constituição de 1988 não conseguiu resolver". Ela chamou atenção também para a questão precária dos presídios e para a responsabilidade do Poder Judiciário sobre os presos. Falou ainda dos leilões judiciais e das apreensões que a Justiça tem autorizado. "Temos sete mil veículos apreendidos em Foz do Iguaçu", revelou. Citou que tem mapeado processos em que consta a apreensão de aviões parados há muito tempo em aeroportos. Citou o exemplo de aeronaves da extinta Transbrasil, arroladas num processo que tem seiscentos e quarenta e três volumes. Eliana Calmon afirmou que muitas demandas envolvendo juízes têm sido enviadas para processamento nas Corregedorias, mas que ela considera que os casos envolvendo desembargadores não são possíveis de serem tramitados nos Tribunais locais por se tratarem dos próprios pares. Ela disse que as declarações dela à imprensa foram no sentido de impactar para provocar mudanças. "A minha fala pretendeu defender a magistratura", disse ela. Ao final do pronunciamento, a ministra foi ovacionada de pé. Ela ainda anunciou a distribuição aos presidentes de um manual em formato eletrônico sobre bens apreendidos, elaborado por juízes da própria Corregedoria Nacional, contendo legislação, jurisprudência, modelos de ofício, entre outros recursos. Em seguida, as ministras assinaram o Termo de Cooperação.



Ao final do encontro, foi aprovada a Carta de João Pessoa. Em seguida, foi lavrada a presente Ata, que segue assinada pelo presidente, desembargador Marcus Antônio de Souza Faver, e pela secretária, desembargadora Marilza Maynard Salgado de Carvalho.



Des. MARCUS ANTÔNIO DE SOUZA FAVER

Presidente da Comissão Executiva



Desa. MARILZA MAYNARD SALGADO DE CARVALHO

Secretária